

Relatório Anual 2016



Gestão Ética

uma união de sucesso



SUMÁRIO

ABERTURA

1. Introdução.....	04
2. Mensagem da Diretoria.....	04
3. Principais Realizações em 2016.....	06

INSTITUCIONAL

4. Gestão de Benefícios.....	08
------------------------------	----

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

5. Considerações Sobre a Rentabilidade no ano de 2016.....	12
6. Política de Investimentos.....	13
7. Alocação dos Investimentos.....	13
8. Informações Gerais.....	15
9. Considerações Finais.....	17

RELATÓRIOS CONTÁBEIS

10. Demonstrações Contábeis.....	20
----------------------------------	----

PARECERES

11. Relatório do Auditor Independente.....	28
12. Parecer Atuarial.....	30
13. Parecer do Conselho Fiscal.....	36
14. Manifestação do Conselho Deliberativo.....	37

ENCERRAMENTO

15. Mensagem Final.....	39
-------------------------	----

The background is a warm orange gradient. It features several white-outlined gears of different sizes. Some gears are partially visible on the left and bottom edges. A large gear is centered in the upper half. White lines with circular endpoints extend from the top edge towards the gears. In the bottom right corner, there are glowing, out-of-focus light spots in shades of yellow and orange.

ABERTURA

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos neste relatório as informações gerenciais de previdência e de investimentos relativas ao exercício de 2016 do Nucleos. O ano foi marcado por diversas oscilações nas economias do País e do mundo. Para superar os cenários incertos, a entidade precisou promover alguns ajustes na gestão como um todo a fim de conquistar melhores resultados financeiros e de eficiência.

No presente relatório, poderão ser verificados todos os números do balanço e constatar que a gestão, técnica e criteriosa, aliada à ética foi a força que movimentou toda a engrenagem do Instituto – a engrenagem que fez com que a Entidade não apenas superasse as dificuldades, mas chegasse ao fim de um ano turbulento com evidente sucesso.

É importante destacar que a divulgação do conteúdo desta publicação visa atender à Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, e também tem por finalidade apresentar, de forma clara e completa, aos participantes, assistidos, patrocinadoras e colaboradores, o desempenho, as estratégias, os processos e a governança da Entidade.

O Relatório Anual 2016 do Nucleos está disponível no site da Entidade (www.nucleos.com.br) no formato PDF.

Ressalta-se também que, com a edição da Instrução Previc nº 13, de 12 de novembro de 2014, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar foram desobrigadas do envio do Relatório Anual de Informações impresso aos seus participantes, devendo remetê-lo somente para aqueles que o solicitarem.

Boa leitura a todos!

2. MENSAGEM DA DIRETORIA

Gestão e ética superaram as turbulências

Foco na gestão e na ética. Com essa determinação, o Nucleos conseguiu superar as turbulências de ordem política e econômica que marcaram o País ao longo de 2016. O ano foi de fato difícil, pontuado por altos e baixos decorrentes das incertezas e indefinições na conjuntura nacional; porém, os resultados finais do Instituto são, para todos nós, muito animadores.

Concentramos nossos esforços no equacionamento dos pontos mais relevantes, pontos esses que poderiam comprometer o desempenho do Nucleos, e as páginas deste Relatório Anual de Informações – RAI não deixam margem para dúvidas: foi alcançado um resultado positivo no exercício concluído em 31 de dezembro de 2016.

Sem desvios de seus objetivos, o Plano Básico de Benefício Definido – PBB cumpriu o compromisso social e econômico-financeiro assumido com participantes ativos, aposentados e pensionistas.

Nos 12 meses do exercício, houve contenção das despesas administrativas e de custeio na gestão financeira, e o orçamento realizado ficou 14,01% abaixo do valor orçado.

Por sua vez, o Ativo Líquido (patrimônio previdenciário) fechou 2016 acima da Provisão Matemática, gerando um superávit técnico

de R\$ 133 milhões ao final do exercício, e a rentabilidade dos investimentos foi de 22,92% ao ano, superando a meta atuarial acumulada de 12,79% a.a.

Sob o ponto de vista de regulação e fiscalização, todas as solicitações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e das nossas empresas patrocinadoras foram prontamente atendidas.

Em relação aos participantes, a área de Atendimento do Instituto contabilizou nada menos que 14.061 mil solicitações – todas elas igualmente atendidas. A intensificação do relacionamento do Nucleos com seus participantes e com as patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep ocorreu através, entre outras ações, da realização de 19 palestras de apresentação dos resultados da Entidade.

Mais um ano, mais uma recertificação pela Norma ISO 9001, através do Bureau Veritas, com relação aos processos de controles internos da Entidade. Processos, aliás, cujos riscos foram submetidos à análise de uma consultoria externa e que receberam, da mesma forma, avaliação positiva.

Destacamos ainda a aprovação da implantação do Plano de Contribuição Variável – CV pelas patrocinadoras e, em decorrência, o início da preparação da documentação complementar a ser submetida aos

órgãos reguladores.

As realizações acima devem-se, em grande medida, à união das competências técnicas e gerenciais dos nossos colaboradores, que exerceram suas atribuições com determinação e o comprometimento observando os princípios que regem a gestão da ética e as boas práticas de governança corporativa – e, assim, vamos continuar a trabalhar juntos, pois todos nós temos um objetivo comum de zelar pela perenidade do Nucleos.

O ano de 2016 notabilizou-se, desse modo, como um ano de consolidação da imagem do Nucleos como uma Entidade séria e responsável. Entretanto, os desafios que se encontram à frente do Instituto nos próximos anos vão continuar a requerer o trabalho contínuo de todo o seu corpo funcional, juntamente com os demais órgãos estatutários e seus parceiros.

Por fim, a Diretoria Executiva agradece a todos os colaboradores por seus desempenhos éticos, pela dedicação incondicional e competência, e também aos membros do Conselho Deliberativo, pelas diretrizes traçadas nos assuntos de maior relevância; aos membros do Conselho Fiscal; e, ainda, às patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep pelo permanente apoio.

Diretoria Executiva do Nucleos
(da esquerda para direita)

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro

Armando D'Ascensão Silva
Presidente

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios



3. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2016

LINHA DO TEMPO





INSTITUCIONAL

4. GESTÃO DE BENEFÍCIOS

4.1. INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PBB

O Plano Básico de Benefícios – PBB (CNPB nº 1979.0022-74) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e tem como empresas patrocinadoras a Eletrobrás Ter-

monuclear S.A. – Eletronuclear, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e o próprio Instituto. Na definição dos custos é considerada a solidariedade entre todas as empresas.

4.1.1. PARTICIPANTES ATIVOS

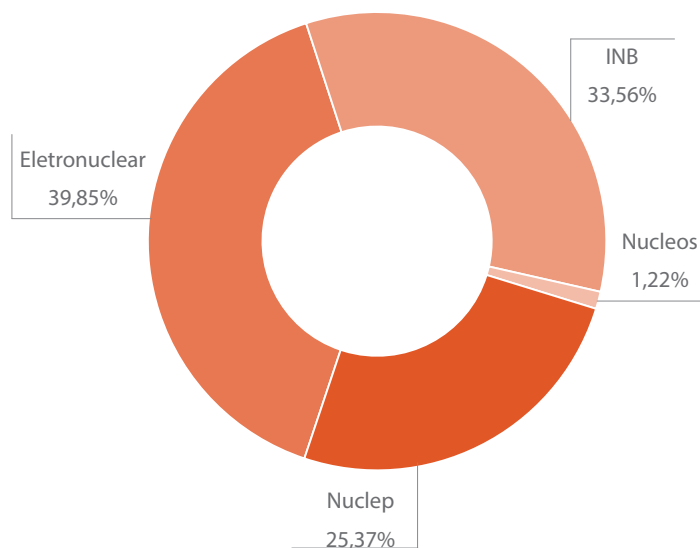
No encerramento do exercício de 2016, o Nucleos contou com 3.433 participantes ativos, como demonstra o quadro abaixo (distribuição dos participantes ativos por patrocinadora e com a variação percentual em relação ao ano anterior):

Patrocinadora	2015	2016	Variação
INB	1.166	1.152	-1,20%
Eletronuclear	1.482	1.368	-7,69% *
Nuclep	891	871	-2,24%
Nucleos	43	42	-2,33%
TOTAL	3.582	3.433	-4,16%

Observação: do total de 3.433 participantes em 2016, 33 são autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora, e 6 participantes estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

*A variação de 7,69% verificada na Patrocinadora Eletronuclear, foi em virtude do plano de aposentadoria incentivada elaborado pela mesma.

DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA



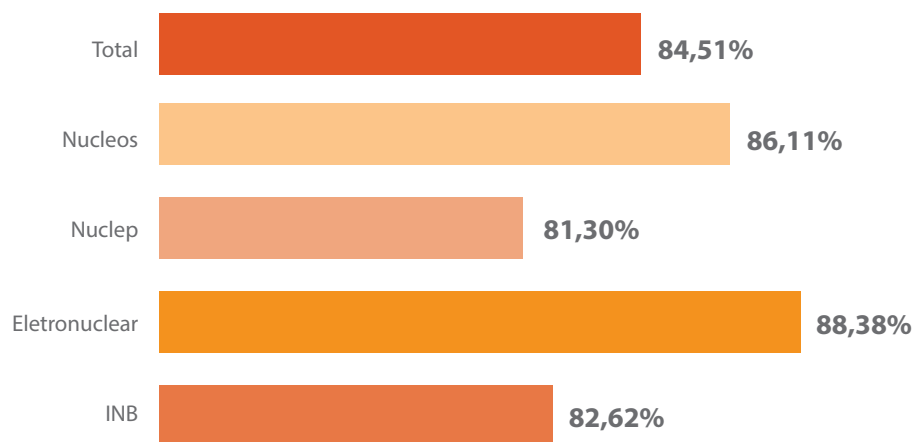
4.1.2. RELAÇÃO PARTICIPANTES/EMPREGADOS

O percentual de adesão dos funcionários das patrocinadoras ao Plano Básico de Benefícios até dezembro de 2016 foi o seguinte:

Patrocinadora	Participantes	Empregados	Adesão
INB	1.141	1.381	82,62%
Eletronuclear	1.361	1.540	88,38%
Nuclep	861	1.059	81,30%
Nucleos	31	36	86,11%
Total	3.394	4.016	84,51%

Observação: na coluna "Participantes" foram desconsiderados os 33 autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora, e 6 participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

PERCENTUAL DE ADESÃO AO PLANO

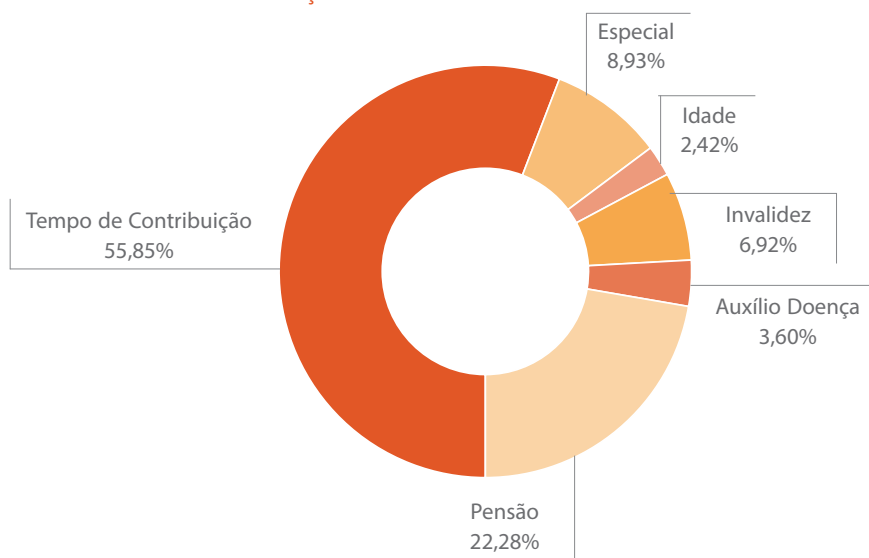


4.1.3. PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Em 31 de dezembro de 2016, o número de benefícios pagos atingiu a posição de 1.445, o que significa um aumento de 10,98% em relação ao ano anterior.

Tipo de Benefício	2015	2016	Varição Anual
Tempo de Contribuição	688	807	17,30%
Especial	124	129	4,03%
Idade	35	35	0,00%
Invalidez	98	100	2,04%
Auxílio-Doença	41	52	26,83%
Pensão	316	322	1,90%
Total	1.302	1.445	10,98%

DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR TIPO DE BENEFÍCIOS



Observação: O aumento da quantidade de benefícios concedidos em 2016, foi em virtude do plano de aposentadoria incentivada elaborado pela patrocinadora Eletronuclear.

4.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a Entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

Em síntese, a avaliação atuarial consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios prometidos de acordo com o regulamento do Plano Básico de Benefícios.

A avaliação atuarial anual de 2016 foi realizada pela empresa de assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos, a Mercer Gama, de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial e em consonância com as Leis

Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos na data base de 30 de junho de 2016. Com base nesta avaliação atuarial, foi apurado o plano de custeio para vigorar no período de 01/04/2017 a 31/03/2018.

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Mercer Gama encontra-se disponível neste Relatório Anual.

Mensalmente será verificada a equivalência entre os valores de contribuição normal efetivamente aportados pelos participantes e patrocinadores, procedendo-se aos ajustes financeiros necessários, de forma que a paridade contributiva seja observada. Para informações sobre a paridade referente ao plano de custeio de 2016, verificar item específico em “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas”, disponível neste Relatório Anual de Informações.

The background is a vibrant orange-red gradient. In the lower-left corner, there is a white line-art illustration of a complex mechanical system with multiple interlocking gears and shafts. In the upper-right area, there is a faint, semi-transparent grid of squares, some of which contain white icons: three workers in hard hats, crossed wrench and hammer, a factory with smokestacks, and a paint roller. The word "INVESTIMENTOS" is centered in the lower half of the image in a large, bold, white sans-serif font.

INVESTIMENTOS

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RENTABILIDADE NO ANO DE 2016

A meta atuarial é a rentabilidade mínima que os fundos devem alcançar para garantir que seus participantes e assistidos recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do plano.

No ano de 2016 a taxa de juros adotada na avaliação atuarial pelo Nucleos foi de 5,83% – que, conjugada com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 6,58%, resultou num compromisso de rendimento mínimo de 12,79%.

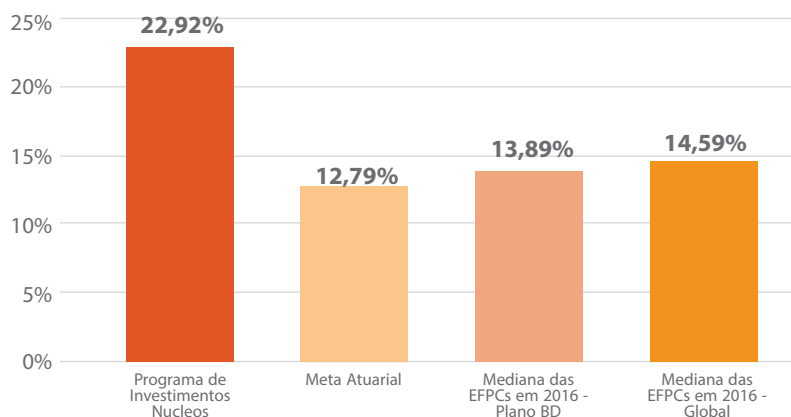
Apesar da crise política, do impeachment da presidente Dilma Rousseff, dos escândalos de corrupção, da saída do Reino Unido da Comunidade Europeia, da eleição para presidente dos Estados Unidos e da forte recessão que o Brasil atravessou, 2016 foi um ano bom para os investimentos do Nucleos.

Pode-se atribuir a boa rentabilidade do Instituto, principalmente, aos títulos públicos indexados ao IPCA e ao mercado de ações.

No ano 2016 os investimentos acumularam rentabilidade de 22,92%*, ante uma meta atuarial de 12,79%, variando positivamente 79,20% em relação à meta.

Meta Atuarial versus Programa de Investimentos

Programa de Investimentos NUCLEOS vs EFPCs
Rentabilidade acumulada em 2016



(*) Rentabilidade global da carteira de investimentos.

Fonte: Aditus / Nucleos

Abaixo, quadro com a rentabilidade dos principais ativos financeiros e a meta atuarial do Nucleos.

	2015	2016
CDI	13,23%	14,00%
Dólar Ptax Venda	47,01%	-16,54%
Ibovespa	-13,31%	38,91%
IMA-B	8,88%	24,81%
Meta Atuarial	17,67%	12,79%

CDI – Taxa média diária utilizada como referencial para o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essa taxa também é utilizada como referencial para avaliar a rentabilidade das aplicações em fundos de investimento.

DÓLAR PTAX VENDA – Cotação do Dólar calculada pelo Banco Central do Brasil através da média ponderada do fechamento do câmbio dos negócios realizados no mercado interbancário.

IBOVESPA – Indicador do desempenho médio das ações das principais empresas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Mais importante indicador do comportamento do mercado acionário no Brasil.

IMA-B – Índice de Mercado Anbima categoria B é um índice baseado em uma carteira teórica composta de Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-Bs), que são títulos públicos que remuneram o investidor em uma taxa de juros pré-fixada + a variação do IPCA no período.

META ATUARIAL – A meta atuarial é a rentabilidade mínima que os fundos devem alcançar para garantir que seus beneficiários recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do plano. A meta atuarial é composta pela taxa de juros conjugada com o índice de inflação (INPC).

INPC – Índice de inflação calculado pelo IBGE nas onze regiões de maior produção econômica entre famílias com rendimento mensais compreendidos entre 1 e 5 salários mínimos.

JUROS – Taxa de juros real adotada pelo plano de benefícios.

6. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos apresenta a descrição das principais práticas e diretrizes para os investimentos a serem implementadas ao longo de cinco anos. Ela obedece aos parâmetros estabelecidos nas regulamentações pertinentes às Entidades Fechadas de Previdência Complementar estabelecidas no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Políticas de Investimentos do Plano Básico de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa do Nucleos para o período de 2017 a 2021 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 25 de novembro de 2016, e sua íntegra está disponibilizada em nosso portal na internet.

Conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CGPC nº 15/2014, em seu Anexo único, a taxa de juros real anual corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos, sendo que a EFPC poderá adotar taxa de juros real anual limitada ao intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano (quatro décimos por cento ao ano) acima da taxa de juros parâmetro.

A Taxa de Juros Parâmetro em vigor, conforme especificações da Portaria Previc nº 186/2016, é calculada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média e atualizada anualmente. Baseada no Estudo Prospectivo elaborado pela empresa Mercer Gama, a duração do passivo do Nucleos é de 17 anos, correspondendo a uma Taxa de Juros Parâmetro de 6,24% ao ano. Considerando os limites definidos na Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, a taxa mínima seria de 4,37% ao ano, enquanto a máxima de 6,64% ao ano.

O Instituto manteve a taxa real anual de juros de 5,83% ao ano para o exercício de 2017, alicerçado no estudo de aderência elaborado pela Mercer Gama.

7. ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS

7.1. ESTUDO DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS

A metodologia empregada é o Asset Liability Management – ALM. O estudo de ALM permite a projeção da posição financeira do plano com a carteira atual e tem o objetivo de encontrar um conjunto de carteiras teóricas que maximizem a relação entre

o retorno dos investimentos, considerando a necessidade de cobertura do passivo. A evolução do ativo foi feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados às classes de ativos que representam as opções de investimentos do plano. O passivo foi projetado levando-se em conta as hipóteses adotadas nos cálculos atuariais, que servem de base para a definição do plano de custeio (instrumento que define as contribuições necessárias para o pagamento de todas as aposentadorias e pensões até a data estimada do pagamento do último benefício devido).

O processo de macroalocação, norteado pelo equilíbrio do plano de benefícios, permite definir onde aplicar os recursos do plano, considerando os cenários macroeconômicos dos investimentos, as relações de risco e retorno das diversas classes de ativos e das características do passivo atuarial. Desta forma, também, orienta as decisões de alocações estratégicas, fornecendo metas e níveis de alocação entre segmentos e classes de ativos.

O estudo de ALM do Nucleos foi elaborado pela Aditus Consultoria Financeira Ltda.

A base dos cenários construídos é a reunião das seguintes informações: expectativas divulgadas pelo Relatório Focus, utilizadas para o curto prazo; expectativas de mercado, para o médio e longo prazos, e premissas sobre as diversas classes de ativos, baseadas no comportamento histórico do mercado brasileiro.

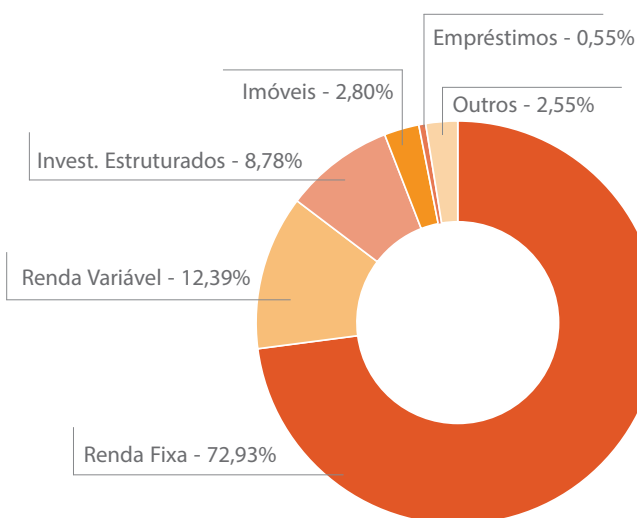
As fontes de dados utilizadas no estudo foram: Sistema Econômica (séries históricas de indicadores); Bloomberg (séries históricas); Indicadores econômicos do Bacen (projeções macroeconômicas); Curvas de juros de mercado da BM&FBovespa e base de dados dos fundos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Os dados sobre volatilidade e correlação dos diversos fatores de risco também são baseados na observação das séries históricas desses mesmos fatores de risco utilizando as fontes acima descritas.

7.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

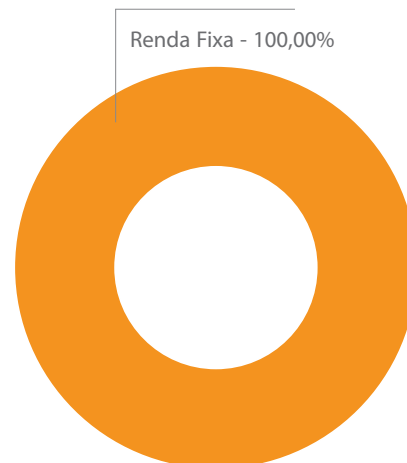
7.2.1. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS PBB

QUADRO SEGMENTADO DOS INVESTIMENTOS - PBB



7.2.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

QUADRO SEGMENTADO DOS INVESTIMENTOS - PGA



8. INFORMAÇÕES GERAIS

8.1. CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTOS

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

RECURSOS GARANTIDORES DO PBB

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	(%)	2015	(%)
Renda Fixa	1.836.105	72,95	1.481.955	72,48
Certificado de Depósito Bancário	-	0,00	7.035	0,34
Quotas de Fundos de Renda Fixa	1.056.159	41,96	810.347	39,63
Quotas de Fundos de Multimercado	769.355	30,57	653.988	31,98
Debêntures não Conversíveis	10.591	0,42	10.585	0,52
Renda Variável	312.045	12,40	260.311	12,73
Quotas de Fundos de Investimento	312.045	12,40	260.311	12,73
Investimento Estruturado	220.953	8,78	146.277	7,15
Quotas de Fundos de Investimento em Participações	94.284	3,75	83.273	4,07
Quotas de Fundos de Multimercado	126.669	5,03	63.004	3,08
Investimentos Imobiliários	70.399	2,80	68.447	3,35
Empréstimos aos Participantes	13.898	0,55	13.500	0,66
Outros	64.291	2,55	74.372	3,64
Total dos Investimentos	2.517.692	-	2.044.862	-
(+) Disponível	219	0,01	247	0,01
(-) Exigibilidade dos Investimentos	-979	-0,04	-381	-0,02
(=) Total dos Recursos	2.516.932	100,00	2.044.728	100,00

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

RECURSOS GARANTIDORES DO PGA

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	(%)	2015	(%)
Renda Fixa	10.489	99,94	8.729	99,93
Quotas de Fundos de Renda Fixa	10.489	99,94	8.729	99,93
Total dos Investimentos	10.489	-	8.729	-
(+) Disponível	6	0,06	6	0,07
(=) Total dos Recursos	10.495	100,00	8.735	100,00

8.3. INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

RECURSOS GARANTIDORES PBB

Em milhares de Reais

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2016)	% RECURSOS GARANTIDORES (PBB)
GESTÃO EXTERNA			
Nucleos I Brasil Plural FIM	Renda Fixa	381.904	15,17%
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	176.365	7,01%
Nucleos III Brasil Plural FIA	Renda Variável	141.612	5,63%
Nucleos IV Santander FIA	Renda Variável	62.452	2,48%
Nucleos V Santander ALM RF LP	Renda Fixa	442.654	17,59%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Renda Fixa	437.141	17,37%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Renda Fixa	387.451	15,39%
Atmos Institucional FIC FIA	Renda Variável	39.342	1,56%
Ibiúna Equities FIC FIA	Renda Variável	23.165	0,92%
JP Morgan Ações FIC FIA	Renda Variável	21.149	0,84%
JGP Explorer Institucional FIA	Renda Variável	24.325	0,97%
GAP Long Short FIM	Estruturado	24.333	0,97%
Gávea Macro FIC FIM	Estruturado	25.207	1,00%
Garde D'Artagnan FIC FIM	Estruturado	26.214	1,04%
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Estruturado	23.902	0,95%
Mauá Macro FIC FIM	Estruturado	27.013	1,07%
Energia PCH FIP	Estruturado	6.093	0,24%
CRT FIP	Estruturado	88.192	3,50%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		2.358.513	93,71%
GESTÃO INTERNA			
Carteira Própria	Renda Fixa	10.591	0,42%
Carteira Própria	Imóveis	70.399	2,80%
Carteira Própria	Empréstimos	13.898	0,55%
TOTAL GESTÃO INTERNA		94.888	3,77%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		302	0,01%
OUTROS REALIZÁVEIS		63.989	2,54%
DISPONÍVEL - EXIGÍVEL OPERACIONAL		-760	-0,03%
TOTAL		2.516.932	100,00%

RECURSOS GARANTIDORES PGA

Em milhares de Reais

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2016)	% RECURSOS (PGA)
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	10.489	99,94%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		10.489	99,94%
DISPONÍVEL		6	0,06%
TOTAL		10.495	100,00%

Observação: Recursos Garantidores – De acordo com a Instrução MPS/Previc nº 1, de 13 de abril de 2010, consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de

Previdência Complementar os ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

8.4. RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA POR SEGMENTO

SEGMENTOS DE INVESTIMENTOS DO PBB

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)	META ATUARIAL (%)
Renda Fixa	25,60	25,59	12,79
Renda Variável	20,26	18,99	
Investimento Estruturado	15,24	14,02	
Imóveis	7,48	5,45	
Empréstimos	18,21	17,57	

SEGMENTO DE INVESTIMENTO DO PGA

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)
Renda Fixa	13,85	13,84

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados foram consideradas as seguintes despesas: Controladoria, Gestão Custódia, Taxa de Performance, Taxa de Administração, Taxa CVM, Taxa Cetip, Taxa CBLC, Taxa Selic, Taxa Anbima, Taxa de Bolsa/Corretagem, Despesas de Cartório, Despesas de Auditoria e Taxa de Permanência.

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Imóveis e Empréstimos foram consideradas as despesas diretas de investimento dos respectivos segmentos. A rentabilidade bruta do segmento de empréstimos excluiu efeitos líquidos das despesas judiciais menos a recuperação dessas despesas.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Básico de Benefícios – PBB encerrou o exercício de 2016 com superávit técnico acumulado no valor de R\$ 133,2 milhões, equivalente a 4,78% das provisões matemáticas. Com isso, o Nucleos reverteu o déficit técnico acumulado registrado em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 83,4 milhões, equivalente a 3,32% das provisões matemáticas.

Esse resultado superavitário decorreu, principalmente, do resultado dos investimentos: a considerável rentabilidade global da carteira de investimentos no exercício, de 22,92%, foi superior à meta atuarial, de 12,79%, reflexo, como já mencionado, dos resultados com os investimentos em títulos públicos indexados ao IPCA (NTNBs) e ao mercado de ações.

No que se refere à gestão dos títulos indexados ao IPCA (NTNBs), o êxito se deu em função de o Instituto acreditar na tendência de queda da inflação, o que de fato ocorreu.

No que tange a renda variável, a importante parcela alocada pelo Nucleos no segmento foi determinante, haja vista o comportamento bastante positivo no ano de 2016. A título de informação, o Instituto apresentava uma participação nesse segmento superior a 12,00%, enquanto a média dos fundos de pensão era em torno de 5,00%.

Todos esses fatores foram relevantes para que o Nucleos se aproximasse da casa dos R\$ 3,0 bilhões de Ativo Líquido.

Importante também foi a não exposição do Nucleos em títulos de crédito privado envolvidos com escândalos, que tenham passado por processo de recupe-

ração judicial ou sofrido falência, o que inevitavelmente acarretaria em desvalorização dos mesmos. Tal fato foi fruto do conservadorismo da Política de Investimentos, que em 2009 restringiu aplicações em FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, bem como da política para aquisição de créditos privados, que em 2013 somente passou a admitir a compra de títulos considerados de alta qualidade com baixo risco de calote. Anteriormente, a Política de Investimentos permitia títulos de crédito que fossem considerados de qualidade média e risco de calote pequeno.

O déficit técnico do Plano Básico de Benefícios do Nucleos teve a sua origem no exercício de 2013 e foi reduzido consideravelmente nos exercícios seguintes. Esse déficit estava relacionado diretamente ao fraco desempenho da economia brasileira nos últimos anos, com recessão econômica e predominância de inflação elevada, refletindo uma conjuntura econômica desfavorável para os investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

O quadro abaixo ilustra a evolução do resultado técnico do Nucleos.

Exercício	Ativo Líquido do Plano*	Superávit / Déficit acumulado	Provisões matemáticas (PMAT)	% superávit - déficit s/ PMAT
2013	1.865.479	-273.446	2.138.925	12,78
2014	2.233.029	-152.640	2.385.669	6,40
2015	2.429.865	-83.363	2.513.228	3,32
2016	2.918.608	133.155	2.785.453	4,78

*Patrimônio de cobertura das provisões matemáticas.

Vislumbra-se para o ano de 2017 um quadro de muitas incertezas, que trarão muita volatilidade para os mercados financeiros.

No cenário internacional podemos elencar algumas, como: os riscos na Europa de natureza política, na medida em que o crescimento do populismo e nacionalismo observados em 2016 aumenta as incertezas com relação às eleições que acontecerão neste ano, na França, Alemanha e Holanda; influência das medidas da administração Trump sobre a inflação e, por conseguinte, nas taxas de juros americanas, com reflexo para o resto do mundo; e o comportamento da atividade econômica na China; entre outras.

No cenário doméstico, observa-se uma economia debilitada, que deverá crescer a taxas baixas e com um elevado nível de desemprego.

Um ponto também bastante delicado refere-se à dívi-

da pública, que encerrou o ano de 2016 em 69,5% do PIB e, com projeções que sinalizam número crescente, tendendo a superar 80% do PIB brasileiro entre os anos de 2017 e 2018.

Outra preocupação recai sobre a evolução da Operação Lava-Jato e as possíveis implicações para a base aliada do presidente Temer, o que poderia atrasar a aprovação das importantes reformas estruturais, necessárias para reduzir a dívida pública e contribuir para a queda dos juros internos.

Em contraponto, a notícia positiva parece estar ligada à perspectiva de queda da inflação, que vai possibilitar uma redução mais significativa dos juros e, por conseguinte, os benefícios que têm sobre a economia do País, como a recuperação do investimento e do consumo e do processo de desalavancagem do setor privado, que são fatores vitais para a recuperação econômica do Brasil.

RELATÓRIOS CONTÁBEIS



10. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.1. CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

ATIVO	NOTA	2016	2015
Disponível	4	225	253
Realizável		2.937.984	2.443.181
Gestão previdencial	5	409.430	389.375
Gestão administrativa	6	373	215
Investimentos	7	2.528.181	2.053.591
Créditos privados e depósitos		10.591	17.620
Fundos de investimento		2.369.002	1.879.652
Investimentos imobiliários		70.399	68.447
Empréstimos e financiamentos		13.898	13.500
Depósitos judiciais/recursais		302	3.189
Outros realizáveis		63.989	71.183
Permanente	8	250	448
Imobilizado		238	398
Intangível		12	50
Total do ativo		2.938.459	2.443.882

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	NOTA	2016	2015
Exigível operacional	9	6.862	3.527
Gestão previdencial		4.784	2.147
Gestão administrativa		1.404	1.306
Investimentos		674	74
Exigível contingencial	10	962	960
Gestão previdencial		458	265
Gestão administrativa		200	388
Investimentos		304	307
Patrimônio social		2.930.635	2.439.395
Patrimônio de cobertura do plano	11	2.918.608	2.429.865
Provisões matemáticas		2.785.453	2.513.228
Benefícios concedidos		1.135.712	823.534
Benefícios a conceder		1.674.504	1.723.013
(-) Provisões matemáticas a constituir		(24.763)	(33.319)
Equilíbrio técnico		133.155	(83.363)
Resultados realizados		133.155	(83.363)
Superávit técnico acumulado		133.155	-
(-) Déficit técnico acumulado		-	(83.363)
Fundos	12	12.027	9.530
Fundos administrativos		9.514	7.704
Fundos dos investimentos		2.513	1.826
Total do passivo e patrimônio social		2.938.459	2.443.882

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	2.439.395	2.240.957	8,86
1. Adições	608.190	459.888	32,25
Contribuições previdenciais	129.949	312.160	-58,37
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	460.154	131.362	250,29
Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	-	46	-100,00
Receitas administrativas	16.206	15.023	7,87
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa	1.194	1.071	11,48
Constituição de fundos de investimento	687	226	203,98
2. Destinações	(116.950)	(261.450)	-55,27
Benefícios	(101.198)	(246.732)	-58,98
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(162)	-	100,00
Despesas administrativas	(15.064)	(14.479)	4,04
Constituição líquida de contingências - Gestão administrativa	(526)	(239)	120,08
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	491.240	198.438	147,55
Provisões matemáticas	272.225	127.559	113,41
Superávit técnico do exercício	216.518	69.277	212,54
Fundos administrativos	1.810	1.376	31,54
Fundos dos investimentos	687	226	203,98
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	2.930.635	2.439.395	20,14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	7.704	6.328	21,74
1. Custeio da gestão administrativa	17.400	16.094	8,11
1.1. Receitas	17.400	16.094	8,11
Custeio administrativo da gestão previdencial	14.396	13.213	8,95
Custeio administrativo dos investimentos	1.727	1.723	0,23
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	62	62	0,00
Receitas diretas	20	25	-20,00
Resultado positivo líquido dos investimentos	1.194	1.071	11,48
Outras receitas	1	-	100,00
2. Despesas administrativas	15.064	14.479	4,04
2.1. Administração previdencial	8.041	7.763	3,58
Pessoal e encargos	5.083	4.781	6,32
Treinamentos/congressos e seminários	56	84	-33,33
Viagens e estadias	70	82	-14,63
Serviços de terceiros	1.216	1.286	-5,44
Despesas gerais	959	915	4,81
Depreciações e amortizações	108	120	-10,00
Tributos	549	495	10,91
2.2. Administração dos investimentos	7.023	6.716	4,57
Pessoal e encargos	4.507	4.240	6,30
Treinamentos/congressos e seminários	49	75	-34,67
Viagens e estadias	63	72	-12,50
Serviços de terceiros	970	972	-0,21
Despesas gerais	850	812	4,68
Depreciações e amortizações	96	107	-10,28
Tributos	488	438	11,42
3. Constituição de contingências administrativas	526	239	120,08
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	0,00
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	0,00
6. Sobra da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	1.810	1.376	31,54
7. Constituição do fundo administrativo (6)	1.810	1.376	31,54
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)	9.514	7.704	23,49

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

10.2. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	2.936.855	2.442.188	20,26
Disponível	219	247	-11,34
Recebível	418.944	397.079	5,51
Investimento	2.517.692	2.044.862	23,12
Créditos privados e depósitos	10.591	17.620	-39,89
Fundos de investimento	2.358.513	1.870.923	26,06
Investimentos imobiliários	70.399	68.447	2,85
Empréstimos e financiamentos	13.898	13.500	2,95
Depósitos judiciais/recursais	302	3.189	-90,53
Outros realizáveis	63.989	71.183	-10,11
2. Obrigações	6.220	2.793	122,70
Operacional	5.458	2.221	145,75
Contingencial	762	572	33,22
3. Fundos não previdenciais	12.027	9.530	26,20
Fundos administrativos	9.514	7.704	23,49
Fundos dos investimentos	2.513	1.826	37,62
4. Resultados a realizar	-	-	0,00
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	2.918.608	2.429.865	20,11
Provisões matemáticas	2.785.453	2.513.228	10,83
Superávit/(déficit) técnico	133.155	(83.363)	-259,73

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	2.429.865	2.233.029	8,81
1. Adições	604.499	456.781	32,34
Contribuições previdenciais	144.345	325.373	-55,64
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	460.154	131.362	250,29
Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	-	46	-100,00
2. Destinações	(115.756)	(259.945)	-55,47
Benefícios	(101.198)	(246.732)	-58,98
Constituição líquida de contingência - Gestão previdencial	(162)	-	100,00
Custeio administrativo	(14.396)	(13.213)	8,95
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	488.743	196.836	148,30
Provisões matemáticas	272.225	127.559	113,41
Superávit técnico do exercício	216.518	69.277	212,54
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	2.918.608	2.429.865	20,11
C) Fundos não previdenciais	12.027	9.530	26,20
Fundos administrativos	9.514	7.704	23,49
Fundos dos investimentos	2.513	1.826	37,62

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	2.927.341	2.434.484	20,24
1. Provisões matemáticas	2.785.453	2.513.228	10,83
1.1. Benefícios concedidos	1.135.712	823.534	37,91
Benefício definido	1.135.712	823.534	37,91
1.2. Benefícios a conceder	1.674.504	1.723.013	-2,82
Benefício definido	1.674.504	1.723.013	-2,82
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(24.763)	(33.319)	-25,68
(-) Serviço passado	(24.763)	(33.319)	-25,68
(-) Patrocinadores	(24.763)	(33.319)	-25,68
2. Equilíbrio técnico	133.155	(83.363)	-259,73
2.1. Resultados realizados	133.155	(83.363)	-259,73
Superávit técnico acumulado	133.155	-	100,00
Reserva de contingência	133.155	-	100,00
(-) Déficit técnico acumulado	-	(83.363)	-100,00
3. Fundos	2.513	1.826	37,62
3.1. Fundos previdenciais	-	-	0
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	2.513	1.826	37,62
4. Exigível Operacional	5.458	2.221	145,75
4.1. Gestão previdencial	4.784	2.147	122,82
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	674	74	810,81
5. Exigível Contingencial	762	572	33,22
5.1. Gestão previdencial	458	265	72,83
5.2. Investimentos - Gestão previdencial	304	307	-0,98

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



PARECERES

11. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores
NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 7.6.4, a Entidade reconheceu, em 2014, valor a receber da União relacionado à atualização monetária de OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 59.767 mil (2015 – R\$ 53.349 mil). O valor reconhecido relaciona-se a processo judicial movido pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar - ABRAPP contra a União Federal, que transitou em julgado em 2010 em favor das Entidades de previdência complementar, no entanto foi objeto de ação rescisória, julgada improcedente em primeira instância, que se encontra, presentemente, em fase de julgamento pelos tribunais superiores dos recursos interpostos pela União. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, um ativo cuja confirmação

final depende de eventos não totalmente sob o controle da Entidade é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade. Consequentemente, o patrimônio social e o saldo de "Outros realizáveis" em 31 de dezembro de 2016 encontram-se apresentados a maior em R\$ 59.767 mil (2015 – R\$ 53.349 mil), e o superávit do exercício findo nessa data está apresentado a maior em R\$ 6.418 mil (2015 – R\$ 6.960 mil).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alterna-

tiva realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

12. PARECER ATUARIAL

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e alterações posteriores, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano Básico de Benefícios**, também denominado neste documento de Plano, administrado e executado pelo **Nucleos – Instituto de Seguridade Social e patrocinado pela Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB e pelo próprio Nucleos**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

O **Plano Básico de Benefícios** está registrado na Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1979.0022-74. O Plano encontra-se aberto a novas adesões e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), caracterizando-se, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, como um plano de benefícios da modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, posicionada em **30/06/2016**, conforme apresentada no **Relatório GAMA 105 – RE 143/16**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pela Portaria Previc nº 631 de 04/11/2011 publicada no D.O.U de 07/11/2011, assim como os dados individualizados dos Participantes e Assistidos e as informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pelo Instituto, posicionados na data base de **30/06/2016**.

As Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste parecer, foram reposicionados para **31/12/2016**, data de encerramento do exercício, a partir da Avaliação Atuarial procedida na data base de 30/06/2016, reposicionando-se os salários e benefícios para o encerramento do exercício e confrontando-se os resultados das Provisões calculadas em 31/12/2016 com as informações contábeis e patrimoniais do Plano, posicionadas na mesma data.

As informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no **Relatório GAMA 105 – RE 143/16**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do **Plano Básico de Benefícios** posicionados em **30/06/2016**, tendo sido utilizadas as mesmas premissas descritas no Relatório neste reposicionamento para **31/12/2016**.

Ressalta-se que, para o **Plano Básico de Benefícios**, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de o Nucleos não ter informado nenhum fato relevante para este Plano – em conformidade com a correspondência **GAMA 105 CT 237/16** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, exceto pela correspondência DB-040/2015, pela qual o processo de alteração regulamentar que visa ao fechamento do **Plano Básico de Benefícios** foi notificado –, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação ao plano administrado pelo Instituto.

2 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: GERAL

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 105 – RE 143/16**, o custo normal médio do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, 30/06/2016, estava mensurado em **14,83%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano, neste não inclusa a amortização relativa ao serviço passado, esta equivalente ao custo médio de **1,706%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo.

Comparativamente ao exercício anterior, houve um decréscimo do custo do Plano de **0,01** ponto percentual, posto que, em 2015, o Plano registrou a alíquota de **14,84%**, também líquida de taxa de carregamento.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31/12/2016, em **R\$ 1.135.711.685,00**, comparativamente ao montante de **R\$ 823.534.282,00** apurado em 31/12/2015. Conforme **Relatório GAMA 105 – RE 143/16**, o aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos é motivado pela concessão de novos benefícios, bem como pelo aumento do valor médio dos benefícios pagos, o qual superou a redução das reservas decorrente da involução natural das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos dados pelo envelhecimento e por óbitos esperados na população do Plano. Dessa forma, observou-se um aumento total dos Benefícios Concedidos na ordem de **37,91%**.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder montam, em 31/12/2016, em **R\$ 1.674.503.722,00**,

comparativamente ao montante de **R\$ 1.723.013.510,00** apurado em 31/12/2015. A redução nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é motivada, principalmente, pela redução no número de ativos do Plano devido a concessões de aposentadorias e pedidos de resgate e portabilidade. Dessa forma, observou-se uma redução total dos Benefícios a Conceder na ordem de **2,82%**.

As Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31/12/2016, **R\$ 24.762.663,69** comparativamente ao montante de **R\$ 33.319.416,99** apurado em 31/12/2015. A redução das Provisões Matemáticas a Constituir, correspondente a **25,68%**, é decorrente do pagamento das parcelas do valor do serviço passado durante o exercício de 2016.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2015, houve um aumento das Provisões Matemáticas do Plano de 10,83%, tendo sido registrado o montante de R\$ 2.785.452.743,31 em 31/12/2016. O aumento das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, aos reajustes dos benefícios.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o **Plano Básico de Benefícios**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do **Plano Básico de Benefícios**, foram aprovadas pelo **Nucleos**, sendo que o Instituto esteve subsidiado pelos

testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do **Relatório GAMA 105 – RE 099/16**, observando, assim, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06, e alterações posteriores.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o **Plano Básico de Benefícios** não apresentou insuficiência de cobertura na data a que se refere este Parecer, este item não é aplicável.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo Instituto, posicionada em 30/06/2016, foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpre-nos esclarecer que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Instituto a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, reposicionada para **31/12/2016**, o Plano não possui valor registrado em **Fundos Previdenciais**.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das **Provisões Matemáticas** de **R\$ 2.785.452.743,31**, em **31/12/2016**, com o valor do **Patrimônio de Cobertura do Plano**, na mesma data, no montante de **R\$ 2.918.607.779,31**, verifica-se que a situação econômico-atuarial do **Plano Básico de Benefícios** apresentou **Superávit Técnico acumulado** de **R\$ 133.155.036,00**, em **31/12/2016**.

O déficit do Plano passou de **R\$ 83.363.174,25**, em 31/12/2015, para um superávit de **R\$ 133.155.036,00**, em **31/12/2016**. Esta variação deveu-se, primordialmente, à rentabilidade dos ativos garantidores do Plano ter sido superior à meta atuarial.

No período compreendido entre janeiro/2016 e dezembro/2016, a meta atuarial do Plano foi de 12,79%, composta pelo INPC de 6,58% mais taxa de juros de 5,83%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 21,06%, conforme informação repassada pelo **Nucleos**, representando um ganho atuarial de 7,33%.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado pelo Nucleos foi nulo, em 31 de dezembro de 2016, uma vez que o Plano não possui Títulos Públicos Federais com características passíveis de ajuste de precificação. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano é igual ao superávit de **R\$ 133.155.036,00**.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2016, observa-se que o **Plano** apresentou superávit, o qual foi resultante de causas **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, da superação da meta atuarial do Plano. Tendo em vista que não é possível assegurar que esse fato tem

caráter perene, atribui-se natureza **conjuntural** ao resultado.

A totalidade do superávit apurado em **31/12/2016**, no montante de **R\$ 133.155.036,00**, ou **4,78%** das Provisões Matemáticas estruturadas em Benefício Definido, foi alocada em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e alterações posteriores, especialmente a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015.

Cumprе ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do exercício de 2016, qual seja de 16,52 anos.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2016, reposicionada para 31/12/2016, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento de todos os benefícios assegurados pelo Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o método de financiamento Agregado.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações posteriores.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, uma pequena parcela destes estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, o Instituto

atestou a possibilidade da manutenção desses títulos até o vencimento, sem que haja prejuízo da liquidez e solvência do Plano;

2) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2016, verifica-se que o montante de **R\$ 409.424.125,17** não se encontra integralizado no Plano, uma vez que existem recursos a receber, dentre os quais se destacam as Contribuições Contratadas de responsabilidade exclusiva das Patrocinadoras, cujo montante equivale, em 31/12/2016, a **R\$ 400.826.009,85**;

3) No encerramento do exercício de 2016, o **Plano Básico de Benefícios** não possuía qualquer Fundo Previdencial constituído. Já o Fundo dos Investimentos registrou o montante de **R\$ 2.513.163,70** e o Fundo Administrativo, **R\$ 9.513.720,18**, cuja contabilização e manutenção são de responsabilidade do **Nucleos**;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, procedeu-se à seguinte alteração:

- Fator de capacidade: **0,9764** em substituição a **0,9774**.

3 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, proposto para ter o início de sua vigência em 01/04/2017, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do **Nucleos** e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao **Nucleos** zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:

PLANO DE CUSTEIO			
CONTRIBUIÇÃO BÁSICA		ALÍQUOTA (%)	
PARTICIPANTES ⁽¹⁾	FAIXA SALARIAL	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2016	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2015
	P.G: Percentual geral incidente sobre o Salário de Participação	2,83%	2,83%
	P1: Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede meio Teto INSS	2,81%	2,81%
	P2: Percentual incidente sobre a parcela do Salário maior que um Teto INSS	5,70%	5,70%
PATROCINADORA ⁽¹⁾	Contribuição Normal	Paritária ao dos participantes	Paritária ao dos participantes
	Contribuição de Abono (paridade assistidos)	1,480%	1,066%
ASSISTIDOS ⁽²⁾	Contribuição de Abono ⁽³⁾	8,00%	8,00%

1) Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de administração de 15% sobre a contribuição previdenciária. No que tange às contribuições paritárias às dos Assistidos, embora tenha sido realizado o cálculo da alíquota média, o Nucleos poderá realizar as cobranças por patrocinadora. No plano de custeio, a paridade com a patrocinadora se dará diretamente no momento do recolhimento, ou seja, a Patrocinadora não irá aplicar taxa e sim recolher o mesmo valor em reais da contribuição do Participante e Assistido.

(2) Pensionistas não vertem contribuição relativa ao abono.

(3) O valor percentual da Contribuição de Assistidos foi definido pelo Nucleos.

Dessa maneira, deverão ser aplicadas as seguintes taxas médias (brutas de taxa de carregamento) obtidas conforme Plano de Custeio apresentado acima:

TAXAS MÉDIAS	2016	2015
A - Patrocinadora (sobre salários)	10,73%	11,14%
A.1 - Custo Normal - Participantes Ativos (Paridade)	7,24%	7,67%
A.2 - Custo Normal - Participantes Assistidos (Paridade)	1,48%	1,06%
A.3 - Extraordinária - Serviço Passado	2,01%	2,41%
B - Participantes Ativos (sobre salários)	7,24%	7,67%
C - Participantes Assistidos (sobre benefícios)	8,00%	8,00%

Adicionalmente, conforme parágrafo 9º do Artigo 39, os participantes que optarem pelo instituto de Benefício Proporcional Diferido recolherão contribuição para cobertura administrativa do Plano por meio da aplicação da taxa de carregamento definida no Plano de Custeio, sendo esta taxa aplicada sobre o valor da contribuição hipotética caso o participante em BPD estivesse na condição de participante ativo,

conforme determinação do Conselho Deliberativo. Além da taxa de carregamento administrativo, conforme parágrafo 10º do Artigo 39, o participante BPD somente terá direito à cobertura dos benefícios de pensão por morte e invalidez no período de diferimento se durante este período aportar contribuições para essa finalidade, sendo as taxas determinadas atuarialmente e correspondentes a

0,37% e 0,35% para pensão por morte e invalidez, respectivamente, nestas a serem incluídas a taxa de carregamento corresponde, conforme resultados da Avaliação Atuarial de 2016.

O Plano de Custeio Administrativo foi definido pelo Instituto, ficando estabelecida a taxa de carregamento de 15% sobre as contribuições vertidas para Plano.

Este é o Parecer.

Brasília, 13 de fevereiro de 2017.

YAN CARLOS CARVALHO OLIVEIRA

Atuário MIBA 2.925 - MTPS/RJ

CONSULTOR ATUARIAL

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO

Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ

SUPERVISORA ATUARIAL

JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO

Atuário MIBA 2.038 - MTPS/RJ

DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

4 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do **Plano Básico de Benefícios**, em 31 de dezembro de 2016, é **superavitária** em **R\$ 133.155.036,00**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, de forma que o referido montante **foi integralmente alocado em Reserva de Contingência**.

13. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Emitido na 115ª reunião do Conselho Fiscal realizada em 15 de março de 2017.

O Conselho Fiscal do Nucleos - Instituto de Seguridade Social examinou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, e as notas explicativas. Essas demonstrações estão acompanhadas do relatório do auditor independente (Parecer) emitido pela *PricewaterhouseCoopers*, em 23 de fevereiro de 2017.

As provisões matemáticas foram calculadas pela Gama Consultores Associados Ltda., conforme resultado da avaliação atuarial na data-base de 30/06/2016 e reposicionada em 31/12/2016, conforme Parecer Atuarial emitido em 13/02/2017.

Os investimentos estão custodiados no Banco Bradesco S/A e foram confrontados com o Relatório de Posição de Custódia do final do exercício.

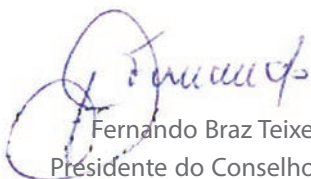
Conforme registrado no seu relatório, o Auditor Independente *PricewaterhouseCoopers* não concordou com o registro contábil (rubrica Outros Realizáveis dos Investimentos), no montante de R\$ 59.767 mil, referente ao crédito objeto de ação judicial relativo à diferença de correção monetária das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's.

Dessa forma, o auditor independente emitiu opinião com ressalva (Parecer emitido em 23/02/2017), pois entende que um ativo cuja confirmação final dependa de eventos não totalmente sob o controle da Entidade é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade.

De acordo com as notas explicativas às demonstrações contábeis (Nota 7.6.4), a Administração do Nucleos entende que o crédito preenche adequadamente os requisitos exigidos para o seu registro contábil, além de expressar que o reconhecimento contábil foi realizado com base em sentença judicial e em posicionamento técnico.

Diante da divergência, o Conselho Fiscal concorda e acompanha a opinião do auditor independente, pois entende que um ativo contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa.

O Conselho Fiscal considera que as referidas demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos em 31 de dezembro de 2016 e o resultado de suas operações, exceto quanto ao registro contábil do valor a receber da união relacionado a atualização monetária de OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, na rubrica Outros Realizáveis dos Investimentos, no valor de R\$ 59.767 mil, devendo, no entendimento do Conselho Fiscal, constar somente em notas explicativas.



Fernando Braz Teixeira
Presidente do Conselho Fiscal



Luis Antônio Domingues Correia
Conselheiro Titular



Luiz Fernando Henriques
Conselheiro Titular



Marcella Ferreira Aires de Souza
Conselheiro Titular

Nucleos - Instituto de Seguridade Social

14. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Nucleos - Instituto de Seguridade Social, em sua 185ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/03/2017, consoante o previsto no Capítulo VI, art. 35, do Estatuto do Nucleos, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparativas com o exercício imediatamente anterior, compostas por: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios – PBB, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios – PBB, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Básico de Benefícios – PBB e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Conforme descrito na nota explicativa 7.6.4, o Nucleos reconheceu em 2014 em seu balanço, por determinação contida em sentença judicial, o valor a receber da União, relacionado à atualização monetária de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs).

Sobre esse fato, foram feitas as seguintes avaliações: (i) a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, no Relatório datado de 23/02/2017, no título “Base para opinião com ressalva”, registrou que esse ativo não deveria ser reconhecido na contabilidade, por entender que se tratava de ativo contingente; (ii) o Conselho Fiscal, em sua 115ª Reunião, realizada em 15/03/2017, emitiu Parecer concordando com a opinião dos Auditores Independentes; (iii) o escritório Siqueira Castro

Advogados emitiu Nota Técnica acerca da legitimidade da escrituração do crédito decorrente da atualização monetária incidente sobre as OFNDs. Essa Nota Técnica, datada de 25/03/2015, com sua atualização emitida em 17/01/2017 e 23/02/2017, além de trazer uma profícua análise sobre o aspecto jurídico, foi lastreada em fundamentação técnica e contábil, que considera que o crédito das OFNDs é um ativo ordinário, e não contingente, devendo, portanto, ser registrado no balanço contábil das Entidades detentoras desse crédito.

Baseado nas análises procedidas e à luz do pronunciamento 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25), que considera que quando a realização ou ganho de um ativo for praticamente certa, este não pode ser considerado um ativo contingente, fato também registrado na Nota Técnica acima referida, os membros deste Conselho Deliberativo, com exceção da conselheira Rosângela Vieira Paes da Silva, concordam com o registro contábil do crédito das OFNDs.

Diante do exposto, o Conselho Deliberativo aprovou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e é da opinião que as mesmas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos e o resultado de suas operações para o referido exercício, exceto pela manifestação da conselheira Rosângela Vieira Paes da Silva que aprovou as referidas Demonstrações Contábeis com a ressalva apontada pelos Auditores Independentes.



Paulo César da Rocha Dantas
Presidente do Conselho Deliberativo



Clezio dos Santos Oliveira
Conselheiro Titular



Hermínio de Aguiar Caldeira
Conselheiro Titular



Daniel Moraes da Costa
Conselheiro Titular



Ricardo Cesar Quintella Lioy
Conselheiro Titular



Rosângela Vieira Paes da Silva
Conselheira Titular

ENCERRAMENTO

The background of the slide is a vibrant orange and yellow gradient. It features several large, stylized gears in white and light orange, some of which are partially obscured by a large, bright yellow sun-like circle at the top. The overall design is clean and modern, with a focus on geometric shapes and a warm color palette.

15. MENSAGEM FINAL

Espera-se que o presente resumo do Relatório Anual de Informações (RAI) tenha alcançado o objetivo de informar com clareza e concisão. Ressalta-se que o Relatório Anual em sua versão completa está disponível no site da Entidade, no menu Publicações – Relatório Anual.

* * * * *

Relatório Anual 2016 do Nucleos – Instituto de Seguridade Social
Av. República do Chile, 230/ 15º andar - Ala Sul - Centro - 20.031-919 - Rio de Janeiro - RJ

Coordenação de produção: Comunicação Interna do Nucleos

Projeto Gráfico e Editorial: Plus Interativa
www.plusinterativa.com - (21) 3549-7816 / (21) 2524-7816

Jornalista Responsável: Ricardo Largman – Reg. MTB 18.288



Relatório Anual 2016



Nucleos - Instituto de Seguridade Social
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Sul
Centro - 20.031-919 - Rio de Janeiro - RJ

www.nucleos.com.br